

DIREITOS FUNDAMENTAIS
NOITE / RECURSO / 16.02.26

Docentes: David Duarte, Cláudia Monge, Gonçalo Fabião, Gonçalo Sá Gomes

Duração: 90 minutos

Cotações: I = 8 (4x2); II = 6; III = 4 (+ 2 redação e sistematização)

I

Responda às seguintes questões, em não mais do que cinco linhas para cada:

- a) O examinando deve identificar o enunciado normativo a interpretar e, após a interpretação, deve apresentar a estrutura da norma (previsão, operador deôntico e estatuição).
- b) O examinando deve qualificar a norma em causa como de primeira ordem e secundária. Após a qualificação, o examinando deve identificar os destinatários da norma como os intérpretes e aplicadores do Direito. Finalmente, o examinando deve identificar a conduta devida.
- c) O examinando deve demonstrar saber localizar a questão no debate sobre a diferença entre regras e princípios, deve selecionar um dos critérios de distinção e deve aplicá-lo à norma em questão. Finalmente, o examinando deve extrair consequências práticas, caso existam, desta distinção.
- d) O examinando deve demonstrar que conhece os testes associados ao controlo de proporcionalidade e compreender que nenhum deles se reporta à justificação da restrição. O examinando deve, ainda, demonstrar que a justificação da restrição é um pressuposto do controlo de proporcionalidade, sob pena de a restrição falhar imediatamente o primeiro teste.

II

Comente, em não mais do que vinte linhas, a seguinte frase:

O examinando deve identificar o contexto temático onde surge a frase. Deve, ainda, demonstrar em que consiste uma restrição e a sua relação com a derrotabilidade normativa. Em consequência, o examinando deve concluir pela inevitabilidade das restrições em contexto de conflito entre normas de direitos fundamentais e, finalmente, apreciar criticamente a norma constitucional que proíbe as restrições não expressamente autorizadas.

III

Desenvolva, em não mais do que quinze linhas, um dos seguintes temas, apenas na perspectiva dos direitos fundamentais:

a) e b) O examinando deve identificar as normas de direitos fundamentais instanciadas pelo caso e verificar se existe conflito normativo. Concluindo pela existência de conflito normativo, o examinando deve resolvê-lo e apresentar qual das normas em conflito sai derrotada no caso, utilizando as normas de regulação das restrições.